

PROCURAM-SE JOVENS RURAIS: UMA REFLEXÃO SOBRE A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES RURAIS JUVENIS

Yhevelin Serrano Guerin¹

Resumo

Os jovens rurais são um grupo pouco explorado no que diz respeito a pesquisas acadêmicas e estavam invisíveis para a maior parte dos pesquisadores brasileiros até os anos 2000. A partir desta realidade, o presente trabalho realiza uma reflexão sobre a construção de identidades rurais juvenis. Nesse sentido, pretende realizar uma discussão teórica sobre a construção de identidades rurais juvenis, mostrando a importância de seu estudo para entender melhor este grupo. Percebe-se que mesmo com esforços governamentais, a permanência dos jovens no campo ainda continua sendo um dos maiores desafios para a assistência técnica e extensão rural. Mas acredita-se que a partir do momento em que os jovens rurais sintam a sua identidade e consigamos entender a maneira como ela é construída hoje com a realidade que se apresenta, poderemos auxiliar esse grupo a desempenhar seu protagonismo, decidir o seu destino e visualizar todas as oportunidades, seja onde for.

Palavras-chaves: jovem rural – identidade – protagonismo juvenil

INTRODUÇÃO

O tema da migração de jovens do campo para a cidade não é novo na pesquisa sociológica clássica e contemporânea. Nos últimos anos essa condição intensificou-se ainda mais em função dos números que se apresentam. Das pessoas que vivem no meio rural, apenas 18,4% possuem entre 15 a 24 anos e representam apenas 16,03% do total de jovens brasileiros entre 15 e 24 anos (CENSO DEMOGRÁFICO, 2010). Mesmo que ainda haja algumas dúvidas que permeiam esse mundo, nas quais estão os desafios e as incertezas entre “sair e ficar” no campo (ZAGO e BORDIGNON, 2012), é cada vez maior o número de jovens rurais que vão em direção às cidades, acreditando que lá as condições de vida sejam melhores.

A desistência por parte dos jovens rurais em permanecer no campo, por sua vez, possivelmente seja decorrente da heterogeneidade nas suas condições de vida, que fazem com que se definam diferentes inserções produtivas, de acesso a serviços públicos e de diferentes padrões de sociabilidade (WEISHEIMER, 2005). Elisa Castro (2007), por

¹ Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Doutoranda

exemplo, no que se refere ao universo do jovem rural, mostra-nos que podem ser feitas dois tipos de diferenciações quando pensamos na condição desse grupo. As questões de ordem objetivas, sentidas no momento em que o acesso à escola e ao trabalho é difícil entre jovens rurais; e as subjetivas, quando essa distinção se dá a partir da reprodução da hierarquia rural/urbano, existindo uma representação negativa em se morar no campo. Portanto, é inegável dizer que não existam realidades distintas entre o mundo rural e o urbano. A partir disso, pode-se dizer que, para os jovens rurais, pode existir uma confusão no que se refere à apropriação de sua(s) identidade(s). O fato de ela estar permanente em construção faz com que eles não consigam definir aspectos positivos dessa construção, de reconhecerem-se, o que pode interferir nas suas escolhas. Segundo Carneiro (2008, p. 26),

as transformações da ruralidade nas sociedades contemporâneas se expressam não apenas em novas configurações socioespaciais (devido aos interesses dos novos atores sociais que aí se estabelecem e à expansão das atividades econômicas alternativas à agricultura), mas também nas novas identidades sociais que emergem de relações conflituosas resultantes da disputa por imagens e interesses distintos sobre esses espaços.

A partir desses pensamentos iniciais, o presente ensaio pretende realizar uma discussão teórica sobre a construção de identidades rurais juvenis, mostrando a importância de seu estudo para entender melhor este grupo. Ao se perceber que não há traços de identidades exclusivos desse segmento (ESPINDOLA, 2004), que fazem com que possivelmente o mesmo não sinta o seu protagonismo social, a maneira como ele percebe o mundo e suas oportunidades por ser influenciado por isso. Apesar de uma ação forte por parte de várias instituições nos últimos anos, para que o jovem permaneça no campo, os números parecem ir para o lado contrário, pois, além dessa migração, a situação acaba se agravando em função da diminuição no número de filhos por família, que vem caindo nos últimos 50 anos de maneira bem acelerada. Para termos uma ideia, em 1960, o número de filhos por mulheres era de 5,8, reduziu para 2,3 filhos em 2000 (LEONE, MAIA e BALTAR, 2010), ficando treze anos depois com uma média de 1,6 filhos (IBGE, 2013).

Então, mesmo com ações como a da Emater/RS-Ascar, que atende cerca de 50 mil jovens rurais e procura em suas ações o fortalecimento da cidadania, geração de renda e educação, para dar oportunidades para que o jovem fique no meio rural (FIORI, 2011), hoje, no Rio Grande do Sul, 31% das propriedades da agricultura familiar não têm jovens para garantir a sucessão (DAVID, 2012). Percebe-se que mesmo com esses esforços, a

permanência dos jovens no campo ainda continua sendo um dos maiores desafios para a assistência técnica e extensão rural. Mas, por que ele não quer ficar? Se for considerando a visão de Sen (2000), cujo fundamento recai na ideia de que os atores sociais para serem protagonistas precisam ter liberdades da escolha, não se pode pensar só em esforços para manter os jovens no campo. É preciso muito além, só que para isso é preciso responder outros questionamentos: O que realmente o jovem rural quer? Como ele se sente? Quem são esses jovens rurais? Como eles estão desempenhando o seu papel? Quais suas principais demandas? Como eles visualizam as oportunidades?

Mundo rural ou urbano, onde ir?

O que é urbano e o que é rural? Este questionamento era bem recorrente na sociologia rural clássica, na qual a dicotomia cidade-campo deveria ser bem explicitada, uma vez que a primeira sempre tinha uma perspectiva de moderno e a segunda de atraso. O urbano, por exemplo, estaria estruturado essencialmente sob a base da produção industrial, já o espaço rural estaria fundamentado na produção agrossilvipastoril e no extrativismo. Endlich (2006), no artigo “Perspectivas sobre o urbano e o rural”, escreve sobre a relevância do embate rural/urbano para os estudos sobre as pequenas cidades. A autora nos mostra, por exemplo, que esse questionamento inicialmente foi respondido há mais de 5.500 anos. As condições políticas e sociais foram as responsáveis e realizaram a divisão socioespacial do trabalho, fazendo com que alguns homens produzissem alimentos e outros consumissem. Esta condição tornava-se bem explícita no momento em que os muros realizavam essa divisão evidente entre as cidades e o campo. Esta condição histórica, de dualismo, por muito tempo acabou acompanhando os estudos rurais, na qual esse espaço era estudando sempre em comparação ao espaço urbano e que de certa forma, acaba caracterizando a Sociologia Rural (CARNEIRO, 2013)

Durante o século XX grandes transformações começam a ocorrer, como a introdução da industrialização que acabou por organizar outras formas à vida e ao trabalho das populações rurais. A partir de então, se começa uma nova discussão sobre o rural. Nesse período surge uma preocupação para poder categorizar qualitativamente o rural, no intuito de “compreender os espaços rurais, em oposição às lógicas da sociedade urbana” (SILVA e ROCHA, 2011, p.10), sendo as correntes francesa e norte-americana as responsáveis em

desenvolver estudos a respeito dessa área. Vale ainda destacar, ainda, que os primeiros a realizar estudos interdisciplinares na sociologia rural, foi a corrente europeia.

A primeira voltada aos problemas do desenvolvimento ou à Sociologia Agrária, ao comportamento da população rural face ao progresso, às relações comunitárias de vizinhança, solidariedade e cooperação, ao associativismo rural e aos estudos sobre os objetivos do planejamento local e regional. A segunda, a norte-americana, direcionada à definição e à explicação do mundo rural a partir de suas especificidades sociais, demográficas e produtivas, ao estudo comunidade, extensão e difusão de práticas agrícolas, avaliação de programas governamentais de saúde, previdência social rural e assim por diante (SILVA e ROCHA, 2011, p. 10)

Segundo Bernstein (2011, p. 57), a distinção do setor agrícola só começa a ser realizada “quando o setor industrial tornou-se proeminente no hemisfério norte [no século XIX]; e, posteriormente, quando a industrialização passou a ser o principal objetivo econômico do ‘desenvolvimento nacional’ nos países do hemisfério sul [a partir do século XX]”. Assim, valorização da industrialização acentua a migração rural-urbana, fazendo com que se vivam novas realidades nas zonas rurais que, muitas vezes, acabam inclusive, realizando aproximações entre o urbano e o rural.

Entretanto, a maior parte das zonas rurais brasileiras, por exemplo, habitantes vivem em situação de indigência, decorrendo em um déficit cultural/simbólico que acaba constituindo um fator de minoridade, dependência heteronômica na construção da consciência e visão de mundo (ROCHA, 2009). Mas além dela, em um grau menor, temos uma realidade bem distinta, onde as propriedades rurais conseguiram participar das grandes mudanças possibilitadas pelo acesso aos sistemas de comunicação, alterando completamente as condições de acesso do agricultor à informação (VIERO e SILVEIRA, 2009), propiciando desenvolvimento e melhores condições de vida.

Assim, cabe enfatizar a constatação de que o processo migratório de jovens não decorre somente de motivações econômicas, mas envolve outras dimensões da vida social e cultural desta população e demanda novos enfoques, procedimentos e conceitos para pensar as mudanças em curso no espaço rural, particularmente para compreender o processo de configuração de novas identidades culturais construídas pelos jovens rurais. (STROPASOLAS, 2005, p. 23).

As diferentes realidades nas quais os jovens rurais são expostos não é exclusiva deste grupo, nem da realidade brasileira. Rossana Reguillo (*apud* CANCLINI, 2012, p.07), por exemplo, escreve que entre os jovens mexicanos existem dois tipos de juventudes, uma

que é “mayoritaria, precarizada, desconectada no sólo de lo que se denomina la sociedad red o sociedad de la información, sino desconectada o desafiada de las instituciones y sistemas de seguridad (educación, salud, trabajo, seguridad), sobreviviendo apenas con los mínimos”, e outra que é “minoritaria, conectada, incorporada a los circuitos e instituciones de seguridad em condiciones de elegir”. Esta condição é, segundo Canclini (2012), resultado de diferenças relacionadas à educação.

É claro que no país existem diferenças regionais substanciais e esses contrastes não são uma condição exclusiva da população rural, mas trata-se de uma questão de classes desfavorecidas. Entretanto, esta situação pode atingir um grau mais elevado nas zonas rurais, no momento em que em algumas regiões não há muitas opções culturais e comunicacionais. Maria Salett Tauk Santos (2010), quando traz informações de uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Agrônômica de Pernambuco (IPEA), mostrou que em 2008, 37,5% da juventude nordestina era formada por jovens pobres que viviam no meio rural, sendo que entre estes, o nível de escolaridade era 50% inferior ao dos jovens urbanos.

Conseqüentemente, podemos dizer que essas condições afetam a recepção de informações e suas relações, já que “os contextos sociais não se caracterizam apenas pela ação e interação dos indivíduos, mas, também, pela produção e pela recepção das formas simbólicas – processos estreitamente vinculados” (JACKS, 2008, 208). Assim, o discurso, por exemplo, ao mesmo tempo “que transforma as relações, acaba por contribuir na construção de identidades sociais, de relacionamentos interpessoais e, de modo mais amplo, nos sistemas de valores e crenças” (PINHEIRO, 2003, p. 3). WILLIAMS (1990) escreve que a televisão gerou, e ainda gera, grandes repercussões sociais, tais como: alteração dos hábitos, das relações sociais, das instituições, das formas de entretenimento, da percepção básica da realidade, da formação de opiniões etc. Só para mostrar um exemplo, no trabalho realizado por Ronsini (1993 *apud* JACKS, 2008) percebe-se que

a televisão como mediadora entre o ethos urbano e rural consegue uma homogeneização parcial dos conteúdos, porque ao mesmo tempo em que torna a vida rural um “hotel-fazenda”, mostra o fazendeiro como classe rural em torno da qual se agrega distintivos de classe. Nesse caso, camponesas se sentem simultaneamente inferiores e superiores aos habitantes da cidade. (JACKS, 2008, p.210).

Não podemos esquecer que, historicamente, a supremacia na construção sobre a representação do rural, já apontado por Oliveira (2012), mostra que “a Indústria Cultural

nomeia e ressignifica as práticas sociais, políticas e culturais do meio rural mediante contínuos deslocamentos semânticos dos quais emerge um rural idealizado e sem contradições”. Só que diversos segmentos sociais expressivos permanecem ainda marginalizados nos discursos para o meio rural, espoliados pela expansão das fronteiras agrícolas e pelo poder político do agronegócio.

Embora haja ações do Estado, com estratégia pré-estabelecida, metas definidas, metodologias de implementação, lógica operacional e demais características específicas de projetos e ações governamentais que se destinam a modernização do meio rural - uma vez que este é a única esfera da sociedade com legitimidade política assegurada para propor mecanismos no sentido da mudança social (NAVARRO, 2001) -, este ainda é visto como atrasado, ingênuo, mais ainda, mostra mundos completamente distantes do ponto de vista da mesma paisagem.

Assim como no contexto urbano, no rural a força de trabalho é composta por diversas atividades que compõem diferentes cenários. Além delas, há também questões referentes às características sociais e culturais que convergem para um conjunto de práticas e de processos que atravessam as apropriações culturais dos sujeitos. Afinal, “todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder de definir quem é incluído e quem é excluído. A cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar entre as várias identidades possíveis” (WOODWARD, 2000, p.18).

O que podemos entender hoje por jovem rural

Os jovens rurais são um grupo pouco explorado no que diz respeito a pesquisas acadêmicas e estavam quase que invisíveis para a maior parte dos pesquisadores brasileiros até os anos 2000. Num levantamento realizado por Weisheimer (2005), intitulado Juventudes rurais: mapas de estudos recentes, o pesquisador analisou a produção sobre o tema entre os anos de 1994 e 2004. Nesse período foram identificados cinquenta trabalhos realizados por cerca de 36 pesquisadores brasileiros² que abordavam o tema da juventude rural. Entre as produções, encontram-se o livro que Ricardo Abramovay (1998) coordenou,

² “entre o total de trabalhos encontram-se duas teses de doutorado, três livros, 18 dissertações de mestrado e 27 artigos publicados em periódicos ou anais de congressos científicos” (WEISHEIMER, 2005, p.9).

intitulado “Juventude e agricultura familiar: desafios dos padrões sucessórios”. Na obra é apresentada a especificidade de sucessão da agricultura e a preocupação do futuro da mesma, sendo que no final é percebida a carência de investimentos e ações que motivassem os jovens a permanecerem no meio rural. No livro, também se sugerem formas de valorizar o jovem rural e ampliar o seu papel no interior das unidades produtivas. Nesse estudo, foi enfatizado o processo de envelhecimento e masculinização da juventude das áreas rurais³. Infelizmente, após mais de dez anos, a preocupação ainda persiste e ainda não tem sido dada a atenção devida a esse tema, apesar de o êxodo ter diminuído.

Stropasolas (2005) também foi um dos primeiros a abordar o assunto, durante o XII Congresso Brasileiro de Sociologia⁴, em 2005. Segundo este autor, podemos dizer também que a juventude rural ainda se trata de uma categoria social em construção (STROPASOLAS, 2006), sendo pouco conhecida (ZAGO e BORDIGNON, 2012). Possivelmente por isso, nos últimos anos parece existir um esforço maior para entender cada vez mais esse grupo que, mesmo com incentivos tanto públicos, quanto privados, acabam migrando para os centros urbanos. Em função dessa preocupação, predominam estudos que privilegiam, sobretudo, a dimensão do trabalho, deixando uma lacuna sobre a inclusão desses jovens nas demais esferas da vida (STROPASOLAS, 2006, p. 18).

Dois anos depois do livro de Weisheimer (2005), são lançados mais dois livros sobre o tema. Um escrito por Maurício Barros de Castro, chamado “Juventudes rurais: cultura e desenvolvimento” e outro das pesquisadoras Maria Jose Carneiro, já referênciada na área da sociologia rural⁵, e Elisa Guaraná de Castro, que tem trabalhado com a questão do jovem no campo, sob o nome “Juventude rural em perspectiva”. O primeiro é uma produção financiada pelo Instituto Souza Cruz e se trata de um olhar mais fotográfico e histórico de maneira bem otimista sobre a atuação do jovem rural, apontando algumas ações⁶ que tem sido realizadas no que se refere à atuação dos jovens rurais em todas as regiões do país. Já o livro de Carneiro e Castro (2007), tem um olhar mais crítico e irá abordar novamente o

³ As moças deixam o campo antes dos rapazes

⁴ O artigo é fruto da sua Tese de Doutorado em Ciências Humanas/Sociedade e Meio Ambiente da Universidade Federal de Santa Catarina, em 2002.

⁵ Carneiro inclusive já tinha escrito dois artigos sobre o tema, um publicado no livro organizado por Francisco Carlos Teixeira da Silva, em 1998, no qual ela trabalha o ideal rurbano, sob a ótica do campo e cidade no horizonte dos jovens; e outro, que ela apresentou no IX Congresso Brasileiro de Sociologia, acontecido no ano de 1999 em Porto Alegre, no qual ela discute exatamente a Juventude rural no contexto de novas ruralidades.

⁶ O livro retrata as experiências do MEPES, MOC, SERTA, ARCAFAR-NORTE, EFAORI/UNEFAB, PROJÓVEM, ARCAFAR-SUL e CEDEJOR.

tema de sucessão familiar e o problema do envelhecimento no campo, mostrando inclusive as consequências que isso tem causado na inviabilidade da continuidade da agricultura familiar.

A temática do êxodo rural continua focada na juventude, possivelmente, porque

dentre as principais questões acerca do êxodo rural, percebe-se que a mobilidade dos/das jovens rurais para o urbano tem sido um fator de grande influência (CASTRO *et al* 2009). Isso fica claro ao constatar que os maiores índices de migração no meio rural brasileiro ocorrem entre homens de 20 a 24 anos e entre mulheres de 15 a 19 anos. (MDA, 2011).

Esta condição é o que acaba justificando vários trabalhos que se central nessa temática. Elisa Guaraná de Castro publica em 2007 o livro “Os jovens estão indo embora?” e em 2013, “Entre ficar e sair - uma etnografia da construção”. No primeiro a autora mostra os resultados de uma pesquisa sobre os jovens dos movimentos sociais rurais, fornecendo informações sobre o dia a dia desses jovens, questões referentes sobre a escolaridade, gênero e reivindicações e a maneira como o protagonismo desse grupo tem sido estabelecida. Já o segundo trata-se do resultado da tese de doutorado de Castro, que foi defendida em 2005.

Mesmo depois de mais de uma década da publicação do livro de Abramovay (1998), o tema recorrente é a permanência do jovem no campo. Em 2014, Arlene Renk publica “Juventude rural, cultura e mudança social”, que aborda a continuidade na agricultura familiar, a problemática da sucessão familiar, as transformações no mundo do trabalho rural e seus significados para as novas gerações.

Contudo, antes entrar na discussão sobre quem é o jovem rural, torna-se necessário trabalhar primeiro o conceito de juventude, que vem ganhando força no país nos últimos anos, tanto no que se refere a estudos, quanto a ações específicas para esse segmento (LEÓN, 2005). Para Melucci (2001, p. 100), o interesse de se estudar a juventude, pelo menos em termos da sociologia do conhecimento, se dá pelo fato de que os jovens são atores de conflitos. Para o autor, a análise da condição juvenil ou feminista é um “capítulo importante para a descrição da estrutura social contemporânea”. Além disso, deveremos contextualizar o termo, já que Bourdieu (1983) escreveu que o conceito de juventude é uma construção social, cultural e histórica.

De acordo com a legislação brasileira (Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990), a adolescência, compreende a idade entre 12 a 18 anos. No entanto, segundo a ONU

(Organizações das Nações Unidas), bem o com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a juventude compreende a faixa etária que vai dos 15 aos 24 anos.

Nesse sentido, se torna importante trazermos uma visão sobre a adolescência, até para entendermos melhor de que jovem estamos falando. Se são àqueles recém-saídos da fase adolescente ou aquele que estão entrando na fase adulta.

Zagury (2004), por exemplo, traz em sua obra algumas características da adolescência que nos permite entender melhor esse período. A adolescência é marcada por uma fase de transformações físicas, sociais e emocionais, em que o ser humano começa a sua percepção da realidade social, embora conviva com determinados grupos, o adolescente expande a sua percepção de mundo, é uma transição entre a infância e a juventude, tudo tem mais urgência, o senso crítico começa a ser apurado assim como o desenvolvimento intelectual.

A sociabilidade também é maior, embora a insegurança seja muito grande. Há uma busca de identidade, para qual o jovem precisa de um tempo, pois acarreta angústia, dificuldades de relacionamento, confusão e medo. Por isso alteram períodos que quanto mais amigos à sua volta melhor com outros em que se enfunam no quarto, pouco ou nada falando com ninguém durante dias e até semanas. Há um crescente interesse pelas coisas que ocorrem no mundo, e é comum o surgimento de preocupações sociais. Começam a perceber com acuidade – às vezes com angústia – as diferenças sociais, as carências de determinados segmentos da população. Não é à toa que um grande número de movimentos revolucionários encontra nos jovens seus maiores defensores e até líderes (ZAGURY, 2004, p. 27).

Já para Silva e Lopes (2009), a adolescência pode ser caracterizada como um processo de transformação biológica, ao passo que a juventude se caracteriza por uma transformação sociológica, na qual o indivíduo se prepara para assumir suas atribuições como adulto. Por isso, os jovens podem ser caracterizados dentro de dois subgrupos: os “jovens adolescentes”, com idades entre 15 e 19 anos de idade e os “jovens adultos”, com idades entre 20 e 24 anos de idade.

Segundo o levantamento realizado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2010) no trabalho “Direitos da população jovem: um marco para o desenvolvimento”, o Brasil conta com o maior contingente de população jovem entre 15 e 24 anos da sua história. Os números do IBGE (Instituto Brasileiro Geográfico Estatístico) confirmam esta condição, ou seja, mesmo com uma forte tendência de envelhecimento da população mundial, o Brasil ainda possui um número elevado de jovens. Conforme o Censo

de 2010, o Brasil possui 18% da população jovem (15 a 24 anos), totalizando mais de 34 milhões de pessoas⁷, com projeção de 35 milhões até 2020.

No que se refere aos jovens rurais, consideramos que são aqueles que possuem entre 15 e 24 anos, moram no campo e são herdeiros de um modo de vida no qual o cultivo da terra é o eixo principal que estrutura as famílias e as comunidades (CASTRO, 2007). Assim, a categoria juventude rural pode ser caracterizada por vivenciar uma situação juvenil específica a partir do seu lugar de vida (WANDERLEY, 2009), particularizado ainda mais quando esses jovens são filhos de agricultores camponeses, pois estes estabelecem uma relação específica com a terra, o trabalho e a família (WOORTMANN, 1990; TEDESCO, 1999).

A juventude rural, especialmente quando vinculada à agricultura familiar, possui especificidades que expressam os diferentes papéis que lhes são atribuídos ou esperados – essencialmente diferentes dos que incidem sobre jovens pertencentes a outros contextos socioeconômicos, considerando também a dimensão do binômio rural-urbano, principalmente no que se refere à sua influência na constituição dos sujeitos, impactando, portanto, na diferenciação das demandas e necessidades dos/das jovens rurais –, pois são vistos como uma categoria-chave para a reprodução social do meio rural no Brasil (GRUPO TEMÁTICO DE JUVENTUDE RURAL, 2011, p.2).

Segundo Toledo (2008), “os jovens rurais têm escolaridade mais elevada [em relação a gerações anteriores], cresceram com uma cultura diferente da dos pais e incorporaram parte do modo de vida urbana”. Esta afirmativa preocupa muito a sucessão familiar e a maneira como o futuro se apresenta. Silva (et al, 2011) realizaram um estudo sobre o comportamento da juventude estudantil rural do Oeste Paranaense em relação as atividades desenvolvidas pela agricultura familiar⁸. No trabalho foi percebido que a qualidade de vida, segurança e a tranquilidade são as principais vantagens apontadas pelos jovens rurais para viver no meio rural.

Entretanto, com todas as alterações que vem ocorrendo no meio rural, na qual também há fronteiras difusas, mundos contrastantes são vividos por este grupo. Para termos uma dimensão da mudança de cenários, cabe salientar alguns dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada no ano de 2005. Naquele momento,

⁷ Segundo dados do IBGE Censo 2010, são 34.236.064 jovens.

⁸ Foram entrevistados em torno de 114 jovens rurais com faixa etária média de 22 anos, provenientes de propriedades com tamanho médio de 24 hectares. Trabalhou-se com seis grupos de jovens agricultores nos Municípios de Marechal Cândido Rondon, Quatro Pontes, Nova Santa Rosa, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste e Mercedes.

apenas 1,7% dos trabalhadores agrícolas possuíam acesso à internet. Segundo a pesquisa “TIC Domicílios 2014”, promovida pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CETIC TIC, 2014), esse cenário está mudando, já que a internet hoje está presente em 15% dos domicílios localizados na zona rural, sendo que 7% dizem que não possuem internet em casa por poderem acessar em outro lugar. Ainda ficou estabelecido que, até dezembro de 2015, as áreas localizadas em um raio de 30 quilômetros (km) dos limites da sede do município deverão ter conexão de 256 Kbps, com 250 megabytes (MB) de franquia de dados (CETIC.BR, 2014)⁹. Além da posse de meios mais tradicionais, como a televisão e rádio, presentes em 95% e 77% respectivamente, a posse de antena parabólica (62%), computadores (21%), TV por assinatura (7%) e celulares (78%), são itens que começam a estar inseridos cada vez mais nesse espaço (CETIC.BR, 2014). Esta realidade acaba interferindo e reorganizando o conhecimento mútuo que o insere na comunidade, levando, possivelmente, o jovem rural a questionar, suas ações práticas ou discursivas.

O contato constante com a cidade, mesmo a sede do município, as informações obtidas através dos mais variados meios de comunicação as relações com outros jovens de realidades diferentes, permitem ao jovem acessar outros quadros de significação. É por isso que a juventude acaba sendo vivida e processada, conforme Nirenberg (2011) de maneiras diferentes, já que, como qualquer outro segmento, está relacionada com os grupos de referências e contextos culturais os quais estão inseridos. Só que não se pode esquecer de que

debe reconocerse que la constitución de la subjetividad adolescente, si bien encuadrada en los contextos históricos y culturales propios que la modelan, comparten, como colectivo, un discurso globalizado-mediático que influye significativamente. De tal modo, sin desconocer las especificidades de los adolescentes y jóvenes que habitan en zonas rurales, también debe reconocerse que comparten actualmente con sus pares urbanos un similar discurso mediático, siendo interpelados como consumidores o abriéndoles nuevos deseos (NIRENBERG, 2011, p. 139).

Não se pode esquecer que “enquanto trabalham na terra, cobrem o telhado de um galinheiro, ou distribuem aipim pelas residências de uma agrovila, escutam música, falam ao telefone celular, comentam um baile que acontece no próximo final de semana, combinam uma visita a uma lan-house à cidade” (FEITOSA, 2006, p. 30). São mundos diferentes que criam várias possibilidades de pertencimento e identidades. Mas quais são as identidades destes jovens?

⁹ Dados coletados entre setembro de 2013 e fevereiro de 2014

Formação das identidades

A compreensão do modo como vem ocorrendo a busca de identidade do indivíduo em cada fase do desenvolvimento da sociedade, permite a correlação com os diferentes apelos que estão associados com sua representação, tanto realizadas socialmente, como midiaticamente.

A vida do ser humano é caracterizada por participar em grupos. Desde a sua concepção. Assim, desde o primeiro momento de vida o indivíduo está inserido em uma coletividade, num contexto histórico, seguindo padrões ou modelos que a sociedade determina, considerando o mais adequado. Por isso, não podemos esquecer que desde seu nascimento, o ser humano, através de línguas, de máquinas, de sistemas de representação e de ideias, entra em contato com fatores que irão estruturar e “construir” sua experiência, sendo que “a cada etapa de nossa trajetória social, a coletividade nos fornece línguas, sistemas de classificação, conceitos, analogias, metáforas, imagens, evitando que tenhamos que inventá-las” (LEVY, 1993, p. 142).

Assim, o viver em grupo permite o confronto entre as pessoas e cada um vai construindo o seu Eu nesse processo de interação, através das constatações de diferenças e de semelhanças entre nós e os outros. É nesse processo que se desenvolve a individualidade, a identidade social e a consciência de si mesmo. Castells (1999, p. 20), por exemplo, já afirmava que

A fonte de significado e experiência de um povo (...) É um processo de construção de significados com base em atributos culturais inter-relacionado, os quais prevalecem sobre outras fontes de significados. Para um determinado indivíduo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social.

Castells (1999) ainda comenta que se torna necessário diferenciar o papel social de identidade. O primeiro seria uma construção definida por normas estruturadas pelas instituições e pelas organizações da sociedade. Já o segundo, consistiria na fonte de significados originadas no próprio indivíduo e de que seriam construídas por um processo de individualização. Nesse sentido, poderíamos dizer que as identidades são fontes mais importantes de significados do que papéis, por causa do processo de autoconstrução e individualização que envolvem. Assim, para entender melhor essa condição, o autor propõe

uma distinção entre três tipos de identidade: a identidade legitimadora, “introduzida, principalmente por instituições dominantes, que segundo o autor pode ser exemplificada pelo papel que a mídia possui hoje em dia” (CASTELLS, 1999, p. 24); a identidade de resistência, sentida por grupos que são excluídos e se encontram em condições desvalorizadas e acabam por construir movimentos de resistência; e a identidade de projeto, “quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo de buscar a transformação de toda a estrutura social” (CASTELLS, 1999, p. 24).

Hall (1997, 38) nos fornece também um conceito de identidade,

a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconsistentes, e não é algo inato, existente na consciência no momento do nascimento (...). A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros.

O autor analisa a questão da identidade na modernidade ao citar que o sujeito sociológico – denominação que dá ao indivíduo moderno – refletia a crescente complexidade do mundo e a consciência de que esse núcleo inferior do sujeito não era autônomo e autossuficiente, mas era formado na relação com outras pessoas importantes para ele, que mediavam os valores, os sentidos e os símbolos.

A crença de um mundo melhor trazido pelo campo científico - que estava em pleno desenvolvimento -, e o desejo de organização social formaram uma submissão às normas em detrimento de desejos individuais. Mas o otimismo que acompanhava essa crença se desfez quando o sujeito passa a analisar a estrutura em que vive. Harvey (2001, p.23), por exemplo, comenta essa desilusão no momento em que fala sobre o século XX, falando das duas guerras mundiais. Em decorrência de um mundo fragmentado, Hall (2003) caracteriza a identidade do sujeito pós-moderno como a composição de várias identidades.

Nesse contexto, segundo Bauman (1998), surge o mal estar da pós-modernidade, onde os sujeitos sentem-se perdidos nesse contínuo processo de transformação e nesse mundo de informações contraditórias e fragmentadas. Assim, a incerteza é o auge do momento e a crise de identidade o sentimento atual, fazendo com que “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social”, entrassem em declínio,

fazendo, assim, “surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como sujeito unificado” (HALL, 2003, p.7). Por isso, que

na medida em que ocorrem mudanças também na zona rural, onde os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, o jovem rural é colocado diante de muitas identidades, as quais podem assumir e ser, dessa forma, um indivíduo não só centrado em seu “eu” interior, nem só formado pela relação com outras identidades; é, no entanto, uma mistura de identidades, sendo que em certos momentos, o jovem privilegia uma delas e em outros momentos, privilegia as outras identidades que possui.

O fato de atualmente nos sermos constituídos por várias identidades não é o problema. A questão é que nos sentimos perdidos no meio de tantas outras identidades e, ao invés de valorizar nossa cultura, acabamos por abafá-la. A grande questão é que se os jovens rurais não conseguem identificar quais as são as suas identidades, as escolhas realizadas por eles influenciam a maneira como eles irão desempenhar seu papel social. Em um estudo realizado pelo Centro Latinoamericano sobre Juventudes (ESPINDOLA, 2004), apoiado pelo Banco Mundial e UNESCO, que teve o intuito de realizar uma análise de experiências de movimentos juvenis rurais da Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay, mostrou, por exemplo, que esses movimentos não possuem uma identidade coletiva que os represente, ou conjunto de identidades. Podemos dizer que se trata de uma situação bem diferente do que Hall (2003) se refere quando questões étnicas entram em jogo, dando como exemplo negro-e britânico ou asiático-britânico. Entretanto, em se falando de jovens rurais, parece haver uma identidade forjada, já que nesses grupos quando aparece, ela está mais associada a entidades institucionais, como organizações não governamentais ou relacionadas aos adultos, do que a aspectos elaborados pelos próprios indivíduos jovens que integram esses grupos. Assim, o que acaba preocupando é que

las expresiones y asociaciones juveniles rurales y campesinas existentes en los países del MERCOSUR, evidencian una extendida existencia, pero escasa representatividad, poca continuidad en el tiempo, poca identidad centrada en las cuestiones específicamente juveniles, y no cuentan con recursos propios para su desarrollo (ESPÍNDOLA, 2004, p. 24).

Outro grande problema é que se sabe que “a sucessão familiar é um dos pontos a serem trabalhados, pois muitos pais veem o jovem apenas como mão de obra para a propriedade, e não como protagonistas” (SILVA *apud* FIORI, 2011). Hoje os jovens, vistos de uma forma generalizada, acabam sendo protagonistas (MARTIN-BARBERO, 1998) de

uma transição cultural e comunicacional. No entanto, no que se refere à juventude rural parece existir resistência. Ele permanece à margem da sociedade. Em algumas situações pode-se supor que possam sentir vergonha da sua origem no campo, fato que pode se intensificar quando os jovens saem para estudar fora e a distância do ambiente rural e familiar faz com que se agrave a vergonha do campo (CASTRO, 2007). Carneiro (1998, p. 14), por exemplo, constata que a migração dos jovens rurais para a cidade, temporária ou definitiva, expõe a juventude ao contato com um sistema variado de valores que podem ser absorvidos ou rejeitados, atuando tanto no sentido de reforçar os laços identitários com a cultura original, quanto no sentido de negá-los.

Opta-se por algo porque, dentro do sistema de representações da sociedade, esse algo pode nos identificar e incluir. Essas representações, por sua vez, seriam o “conjunto de informações, imagens, símbolos, definições, ideias, crenças, saberes, concepções culturais que surgem das interrelações coletivas do ser em um dado contexto social” (FROSSARD, 2003). O que preocupa é o que Guy Hermet (2002, p.118-119) escreve, quando diz que “especialmente entre os jovens, a maior parte das populações latinoamericanas sofre plenamente esse desarraigamento. Seu espaço já não lhes pertence e gostariam de poder conquistar um novo espaço nas metrópoles urbanas que as repudiam”. Assim, a noção de pertencimento que os jovens podem ter do campo, a maneira como eles sentem o território define a maneira como eles sentem-se com relação às suas identidades fazem com que se possam criar possibilidades de que eles percebam as suas potencialidades.

Considerações finais

Tal como escreve Melucci (2001), Bourdieu (1998), Stropasolas (2006), Silva e Lopes (2009), ser jovem é uma condição de passagem, que pode prolongar-se ou estabilizar-se, não estando ligada mais as condições biológicas, mas que dependem da maneira como esse grupo vivencia o mundo. Até certo ponto, podemos dizer que ele acabam sentindo o mal estar da pós-modernidade, do qual Bauman (1998) se refere, de forma mais intensa do que em qualquer fase da vida, até porque “a juventude é um espelho de toda a sociedade, uma espécie de paradigma dos problemas cruciais dos sistemas complexos” (MELUCCI, 2001, p.102). Em alguns momentos, a condição juvenil, que em alguns aspectos pode ser homogênea, torna-se diferenciada pelo pertencimento social e

territorial, sendo marcada, nas sociedades complexas, por esta estável precariedade (MELUCCI, 2001, p.101).

No que se refere à juventude rural, além de toda a “crise” característica da fase, alia-se o fato de que instituições, familiares, governos são os responsáveis em dizer o que eles devem e o que não devem fazer. Neles, o que permanece é a crise do “ir” ou “ficar”. Discussões políticas e econômicas que, não só definem a maneira como eles devem realizar suas escolhas, mas que acabam perturbando a maneira como eles vivenciam o mundo e constroem suas identidades. Se as fronteiras entre urbano e rural parecem difusas, as identidades rurais juvenis acabam por vivenciar esse ambiente difuso de forma mais intensa e conflituosa, pois o isolamento sociocultural dos jovens rurais atualmente parece ser menor, em função de o acesso a informação estar cada vez mais presente na vida desses indivíduos.

Mas, por que se procura por jovens rurais? É sabido que há uma preocupação com o futuro desse grupo devido ao que a falta deles no campo possa representar. Acredita-se que, em função disso, há programas e projetos que estejam mais relacionados às questões agrárias tradicionais, restritas aos processos de produção, da permanência dele no campo, do que realmente o jovem rural quer. Só que, é preciso entender mais as representações e processos que caracterizam essa juventude e refletir sobre a noção de ruralidade na sociedade contemporânea, do que se preocupar tanto com ações de ordem prática, técnica e econômica.

No momento em que as identidades rurais juvenis consigam se reconhecer, elas poderão falar por si mesmas, já que, como Melucci (2001, p. 105) escreve “ser jovem não é mais somente um destino, mas se transforma em escolha para mudar e para dirigir a existência”. Ainda mais, os jovens, vistos de uma forma generalizada, acabam sendo protagonistas (MARTIN-BARBERO, 1998) de uma transição cultural. Assim, no momento em que os jovens rurais se sentirem protagonistas dessa história cheia de contradições e saibam seu papel no mundo, poderão realizar suas próprias escolhas, sem imposições ou por necessidades alheias. A partir do momento em que os jovens rurais sintam a sua identidade, poderão desempenhar seu protagonismo, decidir o seu destino e visualizar todas as oportunidades, seja onde for.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z.. **O mal estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BERNSTEIN, H.. A dinâmica de classe do desenvolvimento agrário na era da globalização. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 27, mai./ago. 2011.
- BOURDIEU. P. A juventude é apenas uma palavra. In **Questões de sociologia**, Rio de Janeiro, marco Zero, 1983.
- CANCLINI, N. G. Introducción. De la cultura postindustrial a las estrategias de los jóvenes. In: CANCLINI, N. G.; CRUCES, F.; POZO, M. U. C. (orgs.). **Jóvenes, culturas urbanas y redes digitales**. Barcelona: Editorial Ariel, 2012.
- CARNEIRO, M. J.. Rural como categoria de pensamento. *Ruris*, v. 2, n. 1, março de 2008.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, E. G.. **Entre ficar e sair - uma etnografia da construção**. Editora Contra capa, 2013.
- CASTRO, E. G.. **Os jovens estão indo embora?** Editora Mauad, 2007.
- CASTRO, M.. **Juventudes rurais: cultura e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Instituto Souza Cruz, 2007.
- CETIC BR. Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação. **Pesquisa TIC Domicílios e Usuários 2011**. Disponível em: <http://cetic.br/usuarios/tic/2011-total-brasil/>.
- CETIC BR. Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação. **Pesquisa TIC Domicílios e Usuários 2014**. Disponível em: <http://www.cetic.br/pesquisa/domicilios/indicadores>
- COSTA, C. B. (Coord). **Estrutura Ocupacional do meio rural**. 3ª ed – Brasília: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, 2005.
- ENDLICH, Â. M.. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2006, p.11-31.
- ESPINDOLA, D.. **Organizaciones y movimientos juveniles rurales en cinco países del Mercosur: (Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay)**. Montevideo: Celaju, 2004.
- FEITOSA, S. A.. **Televisão e juventude sem terra: mediações e modos de subjetivação**. Dissertação de Mestrado – Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- FIORI, J.. Emater/RS-Ascar promove Fórum Regional sobre Juventude Rural nesta terça. **Revista da SECOM do Governo do Estado**. 5 de dezembro de 2011. Disponível em:

<http://www.estado.rs.gov.br/noticias/1/98111/Emater-RS-Ascar-promove-Forum-Regional-sobre-Juventude-Rural-nesta-terca/450///>

FROSSARD, A. C.. **Identidade do Jovem rural confrontando com estereótipo de Jeca Tatu. Um estudo qualitativo com os jovens da EFA Rei Alberto I.** Dissertação de Mestrado - Faculdade de Ciências e Tecnologias da Educação. Universidade Nova de Lisboa. Portugal. Nova Friburgo. RJ. 2003.

HALL, S.. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HALL, S.. **Da Diáspora: Identidade e Mediações Culturais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HARVEY, D.. **Condição Pós-Moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HERMET, G.. **Cultura e desenvolvimento.** Petrópolis: Vozes, 2002.

JACKS, N. (org.). **Meios e Audiências - a Emergência dos Estudos de Recepção no Brasil.** Porto Alegre: Sulina, 2008.

JACKS, N.; RONSINI, V. M.. **Mediações na recepção: estudo comparativo entre receptor urbano e rural.** In: BRAGA, J. L.. (Org.). *A encenação dos sentidos: mídia, cultura e política.* Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.

JANTSCH, A. P.e SOUZA, M. S.. A inserção do técnico em agropecuária filho de pequeno agricultor no mundo do trabalho na tensão entre o (ainda) rural e o urbano. **Redes**, vol. 4, n. 3, Santa Cruz do Sul, p. 67-76, Set/Dez de 1999.

LEÔN, O. D.. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In: FREITAS, M. V.; ABRAMO, H. W.; LEÔN, O. D.. **Juventude e adolescência no Brasil: referência conceituais.** Ação Educativa: São Paulo, 2005. p. 9-18.

LEONE, E. T.; MAIA, A. G.; BALTAR, P. E.. Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 1 (38), p. 59-77, abr/2010.

LÉVY, P.. **As Tecnologias da Inteligência.** O futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

MARTIN-BARBERO, J.. **A mudança na percepção da juventude: sociabilidades, tecnicidades e subjetividades entre os jovens.** In: BORELLI, S. H. S; FREIRE FILHO, J.. *Culturas juvenis no século XXI.* São Paulo : EDUC, 2008.

MDA, Ministério Do Desenvolvimento Agrário. **Relatório final grupo temático de juventude rural. Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER).** Brasília, 2011. Disponível em:
http://www.asbraer.org.br/arquivos/bibl/42-Relat%C3%B3rio%20Final%20GTJR_%20resumido_versaoCONDRAF.pdf. Data de acesso: 10 de abril, 2015.

MELUCCI, A.. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas.** Petrópolis: Vozes, 2001, SILVA, C. R. e LOPES, R. E.. Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 17, n.2, p 87-106, Jul-Dez 2009.

MOTA, T. C.. **Está entrando do ar... a voz da juventude.** Trabalho apresentado no GT 1, IV Conferência Brasileira de Mídia Cidadã, Universidade Federal de Recife 16 a 18 de outubro de 2008.

NAVARRO, Z.. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, USP, Vol. 15, nº 43, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300009&script=sci_arttext.

NIRENBERG, O.. Participación en proyectos y desarrollo integral de adolescentes y jóvenes. In: DAYRELL, Juarez; MOREIRA, M. I. C.; STENGEL, M. (orgs.). **Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades.** Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2011.

OLIVEIRA, V. C.. Indústria cultural e meio rural. **Revista Mediação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 14, p. 113 -130, Jan./Jun. de 2012.

PINHEIRO, N. F.. **Nós e você: análise das relações entre os atores sociais (apresentadora e telespectador) no programa mais você.** Trabalho apresentado no II Seminário Internacional de Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, de 08 a 11 de abril de 2003. Disponível em: <http://www.rizoma.ufsc.br/html/252-of5a-st1.htm>.

ROCHA, H. C. L.. **O Papel da Comunicação no Desenvolvimento Local: Uma Proposta para Análise dos Modelos Difusionista e de Comunicação Participativa na Extensão Rural.** Trabalho apresentado no GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local do IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Curitiba, PR – 4 a 7 de setembro de 2009

SANTOS, M. S. T.. **Juventude Rural em Tempo de Redes Sociais.** Texto submetido ao GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local, Anais Intercom, XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Recife, setembro de 2011. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-2043-1.pdf>. Data de acesso: 20 de março de 2015.

SEN, A.. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, C. R. e LOPES, R. E.. Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 17, n.2, p 87-106, Jul-Dez 2009.

STROPASOLAS, V. L.. **O mundo rural no horizonte dos jovens.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

STROPASOLAS, V. L.. **Juventude Rural: uma categoria social em construção. GT 22 : Sociologia da Infância e Juventude.** Anais do XII Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em Belo Horizonte-MG, junho de 2005. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=55&Itemid=171. Data de acesso: março de 2013.

STROPASOLAS, V. L.. **O mundo rural no horizonte dos jovens.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2005.

STROPASOLAS, V. L.. **O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro/SC.** Doutorado em Ciências Humanas/Sociedade e Meio Ambiente. Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.

TEDESCO, J. C.. **Terra, Trabalho e Família: racionalidade produtiva e ethos camponês.** Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

UNFPA, Fundo de População das Nações Unidas. **Direitos da população jovem: um marco para o desenvolvimento.** 2ª. Ed. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/direitos_pop_jovem.pdf

VIERO, V. C. e SILVEIRA, A. C. M.. Panorama histórico da difusão de inovações no meio rural brasileiro. **Revista Gedecon**, v. 4, p. 59-72, Cruz Alta, 2009.

WANDERLEY, M. N. B.. **O Mundo Rural como Espaço de Vida**, reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WEISHEIMER, N.. **Juventudes Rurais: mapa de estudos recentes.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

WILLIAMS, R.. **Television: technology and cultural form.** London: Routledge, 1990.

WOODWARD, K.. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T;

WOORTMANN, K.. **Migração, família e campesinato.** Revista Brasileira de Estudos de População, v.7, n. 1, jan./jun. 1990.

ZAGO, N. e BORDIGNON, C.. **Juventude rural no contexto da agricultura familiar: migração e investimento nos estudos.** Trabalho apresentado na IX Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – Região Sul (ANPED SUL). UNOCHAPECÓ, de 29 de julho a 01 de agosto de 2012.

ZAGO, N. e BORDIGNON, C.. **Juventude rural no contexto da agricultura familiar: migração e investimento nos estudos.** Trabalho apresentado na IX Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – Região Sul (ANPED SUL). UNOCHAPECÓ, de 29 de julho a 01 de agosto de 2012.

ZAGURY, T.. **O adolescente por ele mesmo.** Rio de Janeiro: Record. 2004.